

O JORNAL *FRENTE POPULAR* e o projeto de uma imprensa contra-hegemônica no Piauí (1964)

Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes Sousa¹

Resumo:

O presente artigo se propõe a discutir a emergência do jornal *Frente Popular* no Piauí como tentativa de constituição de uma imprensa contra-hegemônica no Piauí. Nesta perspectiva, analisamos a importância da Frente de Mobilização Popular no Piauí como locus de gestação de estratégias contra-hegemônicas que se traduziram através de palestras, ações legislativas e publicações impressas como o jornal *Frente Popular* que contou com apenas uma edição. As reflexões de Antonio Gramsci acerca das questões de hegemonia e contra-hegemonia são importantes aportes teóricos que orientam a análise do referido jornal como espaço de construção de um projeto político e cultural que buscava construir as bases de uma nova sociedade.

Palavras-chave: imprensa; Piauí; Contra-hegemonia.

Abstract:

This article proposes a question from the Popular Front newspaper in Piauí as an attempt to establish a counter-hegemonic press in Piauí. In this perspective, they analyze the Factor of Popular Mobilization in Piauí as a locus of gestation of counter-hegemonic structure that were translated in terms of laws, laws and printed publications like the Popular Front newspaper that had only one edition. As Antonio Gramsci's reflections on the issues of hegemony and counter-hegemony are important theoretical contributions that guide an analysis of the newspaper as a space for building a political and cultural project that sought to build as a basis for a new society.

Keywords: press; Piauí; Counter-hegemony.

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Professor do Curso de Direito do Instituto Camillo Filho. Email: ramsespinheiro@hotmail.com

Um jornal diferente: pensando a imprensa como lugar de embates

Naquela manhã de 31 de março de 1964, a população de Teresina provavelmente surpreendeu-se quando encontrou o jornal *Frente Popular* circulando na cidade. Não que os jornais fossem estranhos aos teresinenses. Ao contrário, havia diversos periódicos nas bancas da capital, entre eles *O Dia*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Piauí*, *O Dominical* e *Cidade de Teresina*. No entanto, o *Frente Popular* certamente chamou a atenção dos seus leitores, sobretudo, por seu subtítulo, “o poder para o povo”, que expressava uma proposta editorial radicalmente distinta daquela dos demais jornais locais.

A manchete do aludido jornal não era menos impactante: “Não fuja mais, camponês. Já tens um destino certo. As beiras dos açudes, as margens das estradas, SÃO TUAS”. Logo abaixo, o texto referia-se ao “Decreto SUPRA”, anunciado pelo presidente da República dias antes. Se cumprido, o decreto representaria um importante passo em direção à reforma agrária através da desapropriação das terras que ladeavam rodovias, ferrovias e obras de irrigação federais. Tratava-se de uma nítida defesa das reformas de base propostas pelo presidente João Goulart e reafirmadas enfaticamente durante o comício da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964.

O propósito deste artigo consiste em analisar o jornal *Frente Popular* como uma tentativa de construção de uma imprensa contra-hegemônica no Piauí dos anos 1960. Esta ideia permite localizar a imprensa como lugar de disputas entre diferentes projetos. Ao mesmo tempo, também procuro abordar este jornal como um agente histórico que buscou intervir sobre os acontecimentos em curso através da constituição de um discurso contra-hegemônico cujo centro

residia na capacidade do povo tomar seu destino em suas próprias mãos, forjando, assim, um novo núcleo de poder.

Um dos pressupostos que norteiam a produção deste artigo é a questão da hegemonia e da contra-hegemonia pensada a partir de Antonio Gramsci. Segundo Gramsci, o conceito de hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança político-cultural de uma classe ou bloco de classes sobre o conjunto da sociedade. Sem abdicar da coerção direta sobre as classes dominadas, a construção da hegemonia envolve a direção cultural e o consentimento social em torno de conhecimentos, normas e crenças interpretados de tal modo que os interesses do bloco dominante tornam-se aparentemente naturais, inevitáveis e indiscutíveis (GRAMSCI, 2002, p. 65).

A construção da hegemonia é um processo norteado por embates que perpassam não apenas questões atinentes à organização econômica ou política, mas, também, àquelas relativas ao âmbito ético-cultural, à organização dos saberes e modos de dar sentido ao mundo. Nesta perspectiva, o Estado, a escola, a Igreja, a família e a imprensa são espaços privilegiados para o exercício de hegemonia pelas classes dominantes. Tomando como exemplo a imprensa piauiense do início dos anos 1960, localizamos a produção de um discurso hegemônico em torno de uma agenda que enfatizava pontos como a defesa intransigente da propriedade privada, da família e da ordem política e social contra o comunismo.

Ao mesmo tempo, na esteira de Gramsci, ressaltamos que a hegemonia nunca é total, há sempre a possibilidade de gestação e desenvolvimento de estratégias e discursos alternativos, que se apresentem em confronto com a ordem vigente forjando uma consciência contra-hegemônica. Os investimentos con-

tra-hegemônicos buscam redefinir as orientações sobre o mundo vivido, instituindo o contraditório e a possibilidade de construção de uma nova hegemonia. É neste sentido que chamamos a atenção para as possibilidades de construção de uma imprensa contra-hegemônica no Piauí através da criação do jornal *Frente Popular* cujo enfoque concentrava-se na denúncia sobre as condições de vida do povo piauiense e na articulação de um processo de conquista de direitos sociais e políticos.

Esta proposta enfrenta uma forte limitação: o jornal *Frente Popular* contou com apenas uma única edição, o que inviabiliza uma análise mais profunda de sua proposta editorial. Após a ascensão da Ditadura Militar, ainda na madrugada daquele mesmo dia 31 de março de 1964, houve uma intensa perseguição contra publicações como o *Frente Popular*. Contudo, o surgimento deste jornal, naquele contexto particular, nos faz refletir sobre algo pouco observado pelos historiadores deste período: o Golpe Militar não foi uma fatalidade, mas apenas uma das alternativas no horizonte de possibilidades históricas.

Outra possibilidade inscrita naquele período foi à construção de um governo nacionalista e popular voltado para a transformação do Brasil em um país verdadeiramente soberano e livre da miséria. Compreender o referido o *Frente Popular* como síntese de um tempo de possibilidades ilimitadas, vividas intensamente pelos sujeitos deste período, reafirma nosso entendimento deste jornal como um agente histórico que buscou transformar a realidade onde estava inscrito.

A partir deste entendimento, e na esteira de Darton e Roche, a imprensa deixa de ser percebida pelos historiadores apenas como um registro do acontecido, convertendo-se em um “ingredien-

te do acontecimento” (DARTON; ROCHE, 1996, p. 15).

As lutas sociais, as esquerdas e a Frente de Mobilização Popular

Os leitores que tiveram a curiosidade de ler o expediente do jornal *Frente Popular* descobriram que o mesmo era órgão da “Frente de Mobilização Popular – Comitê do Piauí”, mas do que se tratava esta organização? Tornou-se lugar comum na historiografia brasileira conceber o governo João Goulart em função do Golpe Militar de 1964. Nesta perspectiva, os movimentos sociais deste período também são interpretados como parte de um processo histórico que encontra seu clímax no Golpe que derrubou Goulart. Este é o caso da Frente de Mobilização Popular (FMP).

A formação da FMP esteve estreitamente ligada à emergência das lutas dos trabalhadores, processo este inseparável do debate nacionalista que atravessou o Brasil entre os anos 1950 e 1960. O nacionalismo, entendido como um campo de forças onde o Brasil era explicado e projetado como país livre do jugo do subdesenvolvimento e das desigualdades regionais, reforçou a necessidade de lutar por um Estado efetivamente independente e soberano. As forças políticas de esquerda compreendiam que este objetivo deveria ser alcançado através de uma transformação profunda do país através de reformas estruturais, onde a reforma agrária ocupava um lugar central em razão da forte repercussão alcançada pela luta das Ligas Camponesas no Nordeste.

Entre as forças de esquerda deste período, destacava-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que pautava sua política neste momento pela formação de uma frente democrática e nacional como suporte para a construção de um governo nacionalista e democrático no Brasil. De outro lado, o Partido Traba-

lhista Brasileiro (PTB) compartilhava com os comunistas a influência entre os trabalhadores urbanos, posição ainda mais forte na sua facção mais a esquerda representada por Leonel Brizola. As pretensões da esquerda brasileira também eram partilhadas por grupos que se organizavam em torno do deputado Francisco Julião, associado às Ligas Camponesas, e do governador pernambucano Miguel Arraes.

A tentativa de constituição de uma frente nacionalista no Brasil pode ser localizada desde a formação da Frente Parlamentar Nacionalista, uma coalizão suprapartidária criada em 1956 que reunia parlamentares de diversos partidos em torno de um programa nacionalista que primava pelas reformas nas estruturas do país (DELGADO, 2007, p. 368). Contudo, Jorge Ferreira apontou que a pretensão de uma frente única nacionalista tornou-se possível somente sob a liderança de Leonel Brizola, nome que unificava as esquerdas. No início de 1963, Brizola foi o principal ator na constituição da Frente de Mobilização Popular, onde:

Estavam representados os estudantes, com a UNE; os operários urbanos, com o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista. A penetração da FMP entre os subalternos das Forças Armadas era algo sem precedentes. Cálculos sugerem que, dos 40 mil sargentos na ativa, 22 mil eram brizolistas. (FERREIRA, 2004, p. 189).

Segundo Jorge Ferreira, a FMP tornou-se gradativamente uma frente única de esquerda que pautou sua atuação por um radicalismo exacerbado onde sua principal estratégia era o confronto aberto com os conservadores, o Congresso e o presidente Goulart. O principal argumento deste historiador pontua que a extrema radicalização política promovida por Brizola/esquerdas,/FMP, cuja palavra de ordem era reformas de qualquer forma, evidenciou a ausência de compromisso das esquerdas com a democracia, o que contribuiu para a ação das forças golpistas em 1964 (FERREIRA, 2004, p. 209-210).

Concordamos com a crítica de Caio Navarro Toledo a Jorge Ferreira, uma vez que afirmar que setores das esquerdas vinculados a Goulart tinham intenções ou práticas golpistas – baseado apenas nos discursos eloquentes de algumas lideranças – em nada contribui para o conhecimento deste complexo período (TOLEDO, 2004, p. 44). Este autor argumentou que mais do que a preocupação com eventuais discursos exacerbados da esquerda, as forças que desferiram o golpe em 1964 pretendiam evitar a realização das reformas sociais e a transformação da democracia liberal clássica em uma democracia ampliada.

Diante deste debate, evito abordar a FMP a partir de uma concepção retrospectiva que aborda a história desta frente em função do Golpe de 1964. Considerando a história como um campo de possibilidades ilimitadas, acompanho a FMP “Comitê do Piauí” a partir de suas tentativas de aproximar seu projeto nacionalista do cotidiano dos trabalhadores. Entre as estratégias desenvolvidas pela FMP no Estado do Piauí, destacou-se o jornal *Frente Popular* publicado nos idos de março de 1964.

Um projeto audacioso: o jornal Frente Popular no Piauí

Por volta de junho de 1963, membros da “Frente Nacional de Mobilização Popular” procedentes do Estado da Guanabara estiveram no Piauí e estabeleceram contato com as “forças progressistas” deste Estado, sobretudo, com “os setores operários, camponeses, estudantes e parlamentares”. O assunto que estes emissários da FMP vieram tratar com os piauienses era “a instalação em Teresina, do Comitê Estadual dessa organização política destinada a trabalhar em favor das reformas de base”. Tal proposta encontrou pronta recepção das “forças progressistas” do Piauí (LOPES, 1963a, p. 06).

Pouco tempo depois, ocorreu a primeira reunião entre os membros da FMP e “os operários, camponeses, estudantes, parlamentares e demais entusiastas da causa” na Câmara Municipal de Teresina situada na Praça Rio Branco, no Centro da cidade. Na segunda reunião, promovida no dia 17 de junho no mesmo local, foi formado o Comitê Estadual da FMP no Piauí por representações “dos setores de classe mais numerosos do Estado, como sejam os de operários, camponeses, estudantes, funcionários públicos, e, ainda, representações de associações de bairro, da imprensa e rádio e dois vereadores municipais de Teresina e dois deputados estaduais” (LOPES, 1963a, p. 06).

A primeira Comissão Diretora da FMP no Estado foi constituída pelo deputado Deusdedith Mendes Ribeiro, como presidente; jornalista Ribamar Lopes, como vice-presidente; universitário Francisco Celso Leitão, secretário-geral; camponês José Esperidião Fernandes, como tesoureiro-geral; e operário Fortunato Batista, como tesoureiro. Nesta reunião falaram diversos militantes, entre eles os universitários José Carlos Brandão, Vice-presidente da União

Nacional dos Estudantes, e Severo Sales, diretor daquela entidade. É possível que estes universitários fossem os aludidos membros da FMP que vieram ao Piauí incentivar a organização desta entidade no Estado (LOPES, 1963a, p. 06).

Este relato da criação da FMP no Piauí foi escrito pelo jornalista Ribamar Lopes e publicado no jornal nacionalista *O Semanário* em junho de 1963. É importante enfatizar que a constituição desta frente no Piauí tornou-se possível porque já havia um processo de lutas sociais em curso no Estado. Em 1961, foi organizado o I Congresso Sindical dos Trabalhadores e Camponeses do Piauí. No ano seguinte, foi constituído o Conselho Sindical de Teresina. Por sua vez, em 1963 os camponeses do Estado criaram a União dos Camponeses do Piauí. Em meio a este processo de diferentes experiências organizativas dos trabalhadores piauienses, havia um personagem comum: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Deste modo, argumento que a influência do PCB foi tão ou mais importante que a influência de Leonel Brizola no processo de constituição da FMP no Piauí. Esta tese se torna mais plausível através da atuação do militante comunista Ribamar Lopes. Sua condição de correspondente de diversos jornais de esquerda (*Novos Rumos, O Semanário, Terra Livre e Liga*), bem como sua forte presença no movimento camponês, lhe conferiu um lugar especial na articulação desta frente no Piauí. Em agosto de 1962, a FMP piauiense lançou um “Manifesto pelas Reformas” que explicitava suas posições. Alguns trechos deste documento foram compilados por Ribamar Lopes em matéria publicada no jornal *Novos Rumos*:

O manifesto passa a tratar da atuação que terá a FMP, no Piauí, dizendo que ela “fun-

cionará no meio do povo, assim como se fosse um comício permanente, pondo em descoberto as origens dos problemas e organizando o povo para a batalha de solução, que os melhor informados já sabem qual é. A FMP está, pouco a pouco, espalhando-se pelo Brasil inteiro, formando as forças populares que irão encaminhar as reformas até as últimas consequências. No Piauí, a sua presença tem o mesmo sentido que terá no Amazonas e no Rio Grande do Sul, porque o sofrimento está no País inteiro e o desejo de melhoria está em toda parte". (LOPES, 1963b, p. 06).

O referido Manifesto ainda pontuava que para alcançar seus objetivos, a FMP propunha-se “a ensinar o povo o que são as Reformas e como pode conseguilas”. Deste modo, o Comitê Estadual da FMP demonstrava uma concepção comum às organizações de esquerda deste período, em especial do PCB, de colocar-se como vanguarda de um projeto revolucionário que deveria ser compreendido e assumido pelos trabalhadores. Portanto, a FMP tinha o desafio de elaborar pedagogias para convencer os trabalhadores e a população piauiense sobre a importância das reformas de base. Tal processo era fundamental na gestação de uma nova hegemonia calcada nos interesses do povo.

Não é preciso ressaltar que a posição de vanguarda reivindicada pelas esquerdas, portanto pela FMP, tinha como pressuposto uma evidente subestimação da capacidade dos trabalhadores de compreender e atuar sobre sua própria realidade através de suas experiências cotidianas (THOMPSON, 1987, p. 10). Todavia, é interessante acompanhar como a elaboração de pedagogias pela FMP piauiense também implicou na construção de correspondências com as experiências cotidianas dos trabalhadores piauienses, seja no tocante a abordagem de situações vividas por estes per-

sonagens, seja no esforço de utilizar uma linguagem que lhes fosse familiar.

O esforço da FMP em estabelecer canais de diálogo com os trabalhadores e a população piauiense foi registrado no texto “Frente de Mobilização Popular no Piauí”, escrito pelo jornalista Ribamar Lopes e publicado no jornal *Hora do Piauí* em outubro de 1963:

A FMP-PI reúne-se todas as terças feiras nas proximidades da Câmara Municipal de Teresina, em sessões públicas, para abordar os problemas da política nacional e estadual, num debate amplo e honesto, com a finalidade única de esclarecer a opinião pública do Estado. Às quintas-feiras, vem promovendo a realização de palestras nas principais amplificadoras localizadas nos bairros de Teresina, oportunidades em que são explicadas ao povo as causas de suas dificuldades, de sua miséria, indicando os caminhos da redenção nacional, através das reformas de base. (LOPES, 1963c, p. 08).

É possível imaginar a enorme repercussão das atividades de propaganda dos militantes da FMP através das amplificadoras situadas nos bairros da capital, uma vez que a cultura radiofônica atingia uma parcela gigantesca da população de Teresina. Por outro lado, a referida matéria também discorreu sobre a importância que a Frente atribuía a “leitura popular”, o que nos leva a refletir sobre o lugar dos jornais na estratégia desta organização em fomentar um discurso contra-hegemônico cuja ênfase recaía sobre às reformas de base.

Neste sentido, a FMP nacional tinha um órgão de propaganda próprio, o *Panfleto – o jornal do homem da rua* periódico que circulou entre os meses de fevereiro e março de 1964. Os militantes da FMP no Piauí também constituíram seu próprio órgão de comunicação, tratava-se do jornal *Frente Popular – o poder para o povo*. A única referência sobre este

periódico na historiografia local, encontra-se no livro *Movimentos sociais e participação política* do sociólogo Antonio José Medeiros:

Um aspecto novo na conjuntura estadual da época, foi a organização e manifestação das forças políticas de esquerda, através da Frente de Mobilização Popular, a partir de maio de 1963. A Frente torna-se um fórum de debates sobre as reformas de base e, não sem conflitos internos, lidera algumas manifestações de pressão ao Congresso, em favor das reformas de base. Publicou um único número do jornal Frente Popular, já em 31 de março de 1964. Os deputados estaduais Deusdedit Ribeiro e Themístocles Sampaio e o vereador Jesualdo Cavalcanti, todos do PTB, além de Ribamar Lopes do PCB, são suas principais lideranças. (MEDEIROS, 1996, p. 83).

O *Frente Popular* tinham como superintendente o jornalista Ribamar Lopes e como diretor executivo o bancário Armando Lima. O Conselho de redação do periódico era formado por sete membros: Pedro Celestino, Samuel Dourado Guerra, Francisco Leitão, Raimundo Nonato Santos, Deusdedit Ribeiro, Themístocles Sampaio e Jesualdo Cavalcanti. Os três últimos nomes eram parlamentares do PTB, o que evidencia a força deste partido no interior da FMP. Por outro lado, Raimundo Nonato Santos e Francisco Leitão eram estudantes que militavam nas fileiras comunistas.

Os estudos do filósofo italiano Antonio Gramsci possuem grande importância no tocante à superação da ideia de imprensa como um campo neutro e imparcial. Ao examinar as formas de jornalismo e de atividades publicístico-editorial em geral, o autor estabelece como pressuposto:

A existência, como ponto de partida, de um agrupamento cultural (em sentido lato) mais

ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; devemos pressupor ainda que se pretenda fundar-se em tal agrupamento para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco. Todo o edifício deveria ser construído de acordo com princípios “racionais”, isto é, funcionais, na medida em que se têm determinadas premissas e se pretende atingir determinadas consequências (GRAMSCI, 1982, p. 162).

A partir das contribuições de Gramsci é possível conceber a imprensa como um campo de embates entre diferentes versões sobre a realidade. Deste modo, o jornal *Frente Popular* assumia um lugar bem demarcado neste campo de luta, a defesa das reformas de base tal como expostas através do programa político da Frente de Mobilização Popular.

O jornal contava com oito páginas, igualando-se, assim, aos grandes periódicos do Estado como a *Folha da Manhã*. A linha editorial do *Frente Popular* recaiu, sobremaneira, na discussão sobre a urgência das reformas de base no Brasil. Percebemos esta ênfase através, sobretudo, da “Página do Camponês”. Nesta sessão do jornal, o redator (provavelmente Ribamar Lopes, por sua vinculação com o movimento camponês) apresenta um texto cujo principal objetivo é estabelecer um diálogo com os camponeses, convencendo-os da luta política contra o latifúndio. Deste modo, o articulista faz uso de exemplos cotidianos e também de uma linguagem próxima aos lavradores:

O latifundiário é a pior saúva do campo. Para lhe dar combate só existem dois inseticidas. São as palavras “Sindicato” e “Liga”.
EXEMPLO

Certa vez, um latifundiário daqui de perto proibiu os moradores continuassem arrancando a “sua” mandioca para fazerem farinha de puba.

Ora, os camponeses precisavam fazer massa de puba para alimentarem seus filhos sempre famintos. As mulheres pretendiam vender a massa de puba no mercado para amenizar um pouco a miséria de seus lares. E a mandioca não pertencia ao latifundiário, pois eram plantadas nas roças dos moradores. A proibição absurda foi rejeitada. O poderoso senhor vítima daquele “desrespeito” a sua ordem, resolveu “dar lição” aos infratores. Reuniu alguns capangas e foi dominar as mulheres quando elas saíam de casa, pelo roçado, para o mercado.

As mulheres indefesas, diante da fúria do proprietário e da presença dos capangas, não ofereceram resistência. A massa de puba foi derramada no chão vermelho da estrada.

Mas a represália não tardou. O líder sindical ESPERIDIÃO foi chamado as pressas para orientar a luta.

ASSEMBLEIA HISTÓRICA

Debaixo de um grande e frondoso cedro, quase quinhentos homens e mulheres decidiram, na presença do próprio latifundiário, deflagrar a greve geral em represália ao ato (ilegível) e reivindicando ainda outros direitos. O proprietário decidiu dissolver a assembleia, mas alguém gritou no meio da multidão “Pau nele!” E as mulheres, mais ofendidas que os homens, teriam dado início ali mesmo ao linchamento, não fosse a intervenção enérgica do líder ESPERIDIÃO, que manchou o caminho para a carreira do latifundiário. (PÁGINA, 1964, p. 05).

A referida página tem um forte caráter pedagógico na medida em que demarca uma situação de opressão que certamente era compartilhada por inúmeros camponeses piauienses e, em seguida, propõe uma solução para por fim aquele problema. O pedido de auxílio a José Esperidião Fernandes para “orientar a luta”, pode ser compreendi-

do como um chamado às Ligas Camponesas (cuja liderança mais conhecida era Esperidião) para organizar a resistência dos camponeses. A preparação de uma assembleia, a deflagração da greve, bem como a recusa em resolver o conflito pela violência, constituem exemplos de como os camponeses deveriam atuar para pôr fim aos abusos do latifúndio e conquistar mais direitos.

O redator desta página realiza uma interessante operação de bricolagem e insere no seu texto um trecho da “Carta de Alforria do Camponês”, escrita por Francisco Julião, para reforçar o argumento da união dos camponeses como caminho para alcançar a liberdade:

OS CAMINHOS

Muitos são os caminhos que te levarão à liberdade. Liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão. Quer dizer casa. Quer dizer remédio. Quer dizer escola. Quer dizer paz. Eu te apontarei esses caminhos. Mas eu te digo e repito: não adianta a viagem se tu fores sozinho. Convida seu irmão sem terra ou de pouca terra. E pede que ele convide outro. No começo serão dois. Depois, dez. Depois, cem. Depois, mil. E no fim serão todos. Marchando unidos. Como unidos vão à feira, à festa, à missa, ao culto, ao enterro, à eleição. Digo e repito: a união é a mãe da liberdade. (PÁGINA, 1964, p. 05).

A historiadora Maria do Socorro Rangel já chamou a atenção para a importância da pedagogia radical disseminada pelo “proselitismo político” de Julião (RANGEL, 2000, p. 109). As imagens expostas por Julião pretendem construir um lugar de contraposição ao latifúndio, propósito compartilhado pelos militantes da Frente de Mobilização Popular no Piauí. A “Página do Camponês” também recorreu ao humor para reforçar a necessidade de construir um contraponto ao latifúndio:

MANDAMENTOS DO LATIFUNDIÁRIO

- 1 – Amar suas terras sobre todas as coisas;
 - 2 – Não jurar que vai ajudar a nação;
 - 3 – Guardar domingos e festas de guarda. Só o camponês pode trabalhar nesses dias;
 - 4 – Honrar pais (dinheiro) e mãe (terra);
 - 5 – Não matar. Apenas mandar...
 - 6 – Não ligar para o camponês;
 - 7 – Não furtar pouco;
 - 8 – Não levantar casa do camponês;
 - 9 – Não desejar a mulher do próximo (ilegível).
 - 10 – Sempre cobiçar as terras alheias;
- Os dez mandamentos se resumem em dois que são amar a sua terra sobre todas as coisas e sugar o próximo o quanto puder. (PÁGINA, 1964, p. 05).

É interessante notar como o redator utiliza a ideia e a forma dos dez mandamentos católicos (talvez por entender que eram familiares aos camponeses), para explicitar os privilégios dos latifundiários sobre os lavradores. Percebemos, assim, que as pedagogias desenvolvidas na “Página do camponês” também implicavam a construção de correspondência com as experiências cotidianas dos camponeses, trabalho este que terminava por aproximar os militantes da FMP daquele “outro” que deveria ser conquistado. Diante da crueldade que essas imagens exortavam como não criar um contraponto?

Outra matéria do *Frente Popular* também apresentou um forte conteúdo pedagógico, trata-se do texto “O muro da vergonha: manifesto ao povo de Teresina”. O assunto abordado nesta matéria era o grande prejuízo que a construção do “Iate Clube de Teresina” acarretou para a população do bairro Pirajá. O manifesto da FMP aduziu que aquela construção implicou na derrubada prévia de “todas as casas que ali existiam”. Além disso, os moradores do Pirajá es-

tavam vivendo uma “calamidade pública”, pois o aludido muro represava as águas da chuva que, assim, invadiam as “humildes casas” dos moradores daquele bairro. O texto pontuava que o “muro da vergonha” representava uma síntese da sociedade piauiense:

Entretanto ali esta o “muro”, jogando por terra o sentido desta frase oca! Do lado de dentro de suas paredes uma minoria privilegiada constrói cassinos, piscinas, salões de dança para confraternizarem suas vidas felizes e despreocupadas. Enquanto que, do lado de fora, bem rente ao “muro”, uma multidão de infelizes vai caindo aos pedaços, vítimas da fome, das doenças, do abandono mais cruel! E como se não bastasse esse contraste monstruoso entre a riqueza e a miséria, que revela até que ponto progrediu o egoísmo humano, aquele “muro”, erguido pela cobiça sobre os destroços de tantas vidas, ainda se encarrega de juntar as enxurradas do inverno, para atirá-las, de rojo, sobre o que resta das palhoças humildes, como a dizer em sua fúria lamacentas: - fora! fora! desgraçados!!! (O MURO, 1963, p. 04).

O tom forte e áspero do texto constrói um cenário aterrador, onde o acento tônico recai sobre a crueldade das “classes privilegiadas”. A imagem do “muro” é tomada para significar toda uma história de contraste social entre uma minoria privilegiada e uma imensa maioria que padecia cada vez mais cedo. O “muro” funcionava como elemento central do argumento do manifesto: a necessidade de derrubar os muros que erguiam diferenças sociais entre os homens. Desta maneira, a luta contra o “muro da vergonha” seria parte indissolúvel da luta pelas reformas de base que pretendiam criar um Brasil mais igualitário na visão dos militantes da FMP.

Todas as matérias e textos do *Frente Popular*, produzidos a partir de diferentes estratégias, convergiam para

um único ponto: criar uma opinião pública favorável às reformas de base. Tratava-se de investimentos em um discurso contra-hegemônico visando gestar uma nova hegemonia pautada pelos interesses do povo piauiense, sobretudo, dos camponeses. Sobre a relação entre a imprensa e a opinião pública, Darnton argumentou que:

Os sistemas de comunicação têm uma história, ainda que raramente os historiadores a estudem. O poder dos meios de comunicação em moldar fatos e dar-lhes cobertura foi um fator crucial na Revolução Francesa, quando o jornalismo surgiu pela primeira vez como uma força nos negócios de Estado. Os revolucionários sabiam o que estavam fazendo quando carregavam prelos em seus desfiles cívicos, e quando reservavam um dia do calendário revolucionário para comemorar a opinião pública (DARNTON, 1990, p. 16).

46

Em um contexto marcado pelo crescimento das tensões sociais, conquistar a opinião pública era fundamental para as forças políticas em conflito. Outrossim, a ofensiva desferida pela grande imprensa contra o presidente João Goulart após suas declarações durante o Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, reforçou ainda mais a necessidade de fortalecer e ampliar uma opinião pública favorável as reformas de base. Em certo sentido, a própria criação do jornal *Frente Popular* localiza-se como mais um investimento contra-hegemônico da FMP piauiense no sentido de conseguir o apoio da população para as reformas necessárias ao desenvolvimento do país.

Em sua última página, o jornal apresentava um editorial onde analisava a conjuntura vivida naquele momento e explicitava a posição do jornal, portanto, da própria FMP:

Sabemos que a partir do grande Comício da Guanabara em que o Presidente João Goulart assinou aqueles históricos decretos, aguçou-se no país inteiro a campanha de agitação golpista dos inimigos das Reformas. Diante do gesto de coragem do Presidente da República, e da presença de centenas de milhares de brasileiros, aplaudindo em praça pública os grandes líderes populares, a reação entrou em pânico. (...)

O Piauí, nesse momento, é testemunha eloquente desse processo único e irreversível de unidade e de luta, que estremece o Brasil de norte a sul. A nossa presença, é bem a prova de que também vivemos a intensidades destas lutas decisivas para o destino da Pátria. Pois daqui, donde o latifúndio erguera a sua praça forte, lançamos corajosamente nossa palavra de ordem, que é de absoluto apoio ao Presidente João Goulart e às Reformas por ele iniciadas. (NOSSA, 1964, p. 08).

Tratava-se não só de se contrapor às posições da grande imprensa, mas, sim, de construir uma nova hegemonia. As proposições de Gramsci nos auxiliam mais uma vez a refletir sobre esta questão. O filósofo italiano pontuou que nas sociedades onde se consolidou o Estado liberal democrático a dominação social não residia apenas na coerção, mas também na construção de consensos, processo que ele denomina como hegemonia (SECCO, 2006, p. 43-44). Como portadores de visões de mundo, os jornais são compreendidos por Gramsci como “aparelhos privados de hegemonia”. Portanto, jornais como o *Panfleto* ou *Frente Popular* pretendiam se constituir como lugar da construção de uma nova hegemonia onde o nacionalismo ocupava um lugar central.

Os militantes da FMP não tiveram tempo suficiente para avaliar sua audaciosa tentativa de contribuir para a criação de uma nova hegemonia através do jornal *Frente Popular*. Na madrugada daquele mesmo dia 31 de março de

1964, as tropas do General Mourão Filho começaram a marchar rumo ao Rio de Janeiro. O Golpe Militar havia iniciado. O jornal *Frente Popular* representou uma entre muitas tentativas de se construir um mundo melhor naqueles tormentosos anos. É exatamente neste aspecto que reside toda sua riqueza. A história também é feita de tentativas, ou, como ressaltou Thompson, daqueles “becos sem saída” (THOMPSON, 1987, p. 13).

São estes “becos sem saída” que guardam todo um universo de expectativas e sonhos que não se realizaram, mas que ainda mantém toda importância para a compreensão das ações daqueles homens e mulheres que lutaram por um mundo melhor.

Referências bibliográficas

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa**: a imprensa na França 1775-1800. São Paulo: EDUSP, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Anpuh, vol. 24, n. 47, Jan-jun de 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do cárcere** - Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices:

variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 495 p. v. 6.

LOPES, Ribamar. I Encontro dos Camponeses e Comitê da Frente de Mobilização Popular. **O Semanário**, Rio de Janeiro, p. 06, 06-12 jun. 1963.

(a)

LOPES, Ribamar. FMP do Piauí: Manifesto pelas Reformas. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 06, 02-08 ago. 1963.

(b)

LOPES, Ribamar. Frente de Mobilização Popular no Piauí. **Hora do Piauí**. Rio de Janeiro, p. 08, 01-15 out. 1963.

(c)

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina-PI: CEPAC, 1996.

NOSSA posição. **Frente Popular**. Teresina, p. 08, mar. 1964.

O MURO da vergonha: manifesto ao povo de Teresina. **Frente Popular**. Teresina, p. 04, mar. 1964.

PÁGINA do Camponês. **Frente Popular**. Teresina-PI, p. 05, mar. 1964.

RANGEL, M. do Socorro. **Medo da morte, esperança de vida**: uma história das Ligas Camponesas na Paraíba. 2000. 387 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2000.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de. *As falácias do revisionismo*. **Crítica Marxista** (São Paulo). Rio de Janeiro, v. 19, p. 27-48, 2004.